



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
EVENTO: Diligência	REUNIÃO Nº: 613/2014	DATA: 16/5/2014	
LOCAL: Externa	INÍCIO: 19h39min	TÉRMINO: 20h51min	PÁGINAS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZ FERNANDES ROCHA - Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará.
ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Defensora Pública Titular da 2ª Defensoria de Direitos Humanos, do Estado do Pará.
SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Delegada, Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia do Pará.

SUMÁRIO

Audiência com o Sr. Luiz Fernandes Rocha, Secretário Especial de Segurança e Defesa do Estado do Pará.

OBSERVAÇÕES

Reunião externa no Conselho Superior de Polícia Civil de Belém, Pará.
Há expressões ininteligíveis.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Há orador não identificado.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Boa noite. Declaro aberta esta reunião da CPI Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realizada no Conselho Superior de Polícia, na qual nós vamos conversar com o Dr. Luiz Fernandes Jorge, Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Também estão presentes nesta audiência o Cel. Daniel Mendes, Comandante-Geral da PM; a Dra. Christiane Ferreira, Delegada-Geral Adjunta, e o Dr. Rilmar Firmino de Sousa, Delegado-Geral da Polícia Civil. *(Pausa.)*

Eu quero fazer uma retificação. Nós estamos no Conselho Superior de Polícia e vamos conversar com o Dr. Luiz Fernandes Rocha; com a Dra. Simone Machado, Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis; com o Dr. Jorge Antônio Santos Bittencourt, Coordenador-Geral do PRO PAZ; com a Sra. Eugênia Sandra Pereira da Fonseca, Coordenadora de Serviços Integrados do PRO PAZ, e com a Dra. Anelyse Santos de Freitas, Defensora Pública Titular da 2ª Defensoria de Direitos Humanos da Capital.

Hoje, a CPI esteve presente numa audiência pública na OAB — algumas destas autoridades que estão conosco estiveram nos acompanhando o dia inteiro — e depois estivemos em Breves. Nós detectamos alguns problemas e pediríamos ao Secretário de Segurança que pudesse ver de que maneira nós podemos fazer com que as políticas públicas na área de segurança se tornem realidade.

Eu gostaria de passar a palavra para o Deputado Arnaldo Jordy, que faz parte da nossa CPI. Ele vai falar de algumas reivindicações dos seus grupos, pois ele é daqui do Pará. Melhor do que ele para falar só mesmo um outro Deputado Federal que estivesse aqui presente. Então, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Muito obrigado, Deputada Liliam.

Eu vou apenas tentar pontuar algumas coisas que foram objeto do debate no escritório da OAB, no Município de Breves, que talvez nos permitam atenuar um pouco esse drama que é o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, que é o tema objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que eu, a Deputada Liliam e a Deputada Erika Kokay, que não pôde vir aqui, porque seu voo está marcado para em torno de 22 horas. Como nós atrasamos um pouco a agenda, ela ficou impossibilitada de vir.



Mas eu resumiria o seguinte: acho que o Estado... Eu tentei fazer este diagnóstico hoje, lá na OAB. Eu acho que nós já avançamos muito no combate, mas talvez o nosso déficit seja tão grande, e esse déficit reprimido, historicamente, por razões sociais, de vulnerabilidades diversas, de pobreza que potencializa... Vamos ser concretos e dizer que, claro, não é exclusivamente em relação a isso, mas a pobreza, a vulnerabilidade socioeconômica potencializa essa prática criminosa, principalmente em Marajó.

Há uma certa banalização desses crimes contra a pessoa, contra os direitos, que fere a dignidade humana. Isso não é uma característica apenas da nossa região, do nosso Estado; isso é um problema do Brasil. O próprio ordenamento jurídico nacional brasileiro prestigia muito mais o crime contra o patrimônio do que o crime contra a vida humana, que é o bem jurídico mais importante.

Então, nós estamos remando contra a maré por todas essas razões, mas acho que já fomos exitosos em muita coisa. No entanto, isso não pode nos saciar. Nós temos ainda uma estrada muito grande para alcançar.

O que é que eu vejo? Nós discutíamos um pouco isto: há de se ter um empenho maior, principalmente dos órgãos públicos, das instituições públicas. Eu estava comentando, hoje, no avião, que eu sou meio descrente com as instituições públicas, com a sua eficácia. E com o Congresso, de que eu participo, (*ininteligível*) independente de quem lá esteja. É evidente que não quer dizer que não existam pessoas muito comprometidas nesses órgãos, mas a tendência da instituição é preservar o *status quo*. Ela tem uma força endógena que puxa... Se a gente não estiver instigando, elas não se movimentam numa outra direção. Então, eu penso assim: o Poder Executivo — principalmente os órgãos de Segurança Pública —, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário têm um papel decisivo nisso.

E nós ainda temos uma insuficiência de recursos humanos. Isso foi um diagnóstico hoje constatado tanto na audiência da OAB quanto lá em Breves. Não são só os poucos recursos humanos na área, por exemplo, policial. Nós sabemos que há um concurso aí e que a turma já está em treinamento, e nós precisamos valorizar essa coisa. Então, há um déficit numérico, quantitativo, mas também há um déficit de qualidade na abordagem desses agentes. Nós estávamos discutindo hoje



na OAB que tem muita autoridade policial que diz assim: “*A primeira providência diante de uma situação qualquer, às vezes até de flagrante ou de materialidade farta, é fazer a perícia, o exame pericial*”.

Ora, o exame pericial não é pré-requisito, em determinados casos, para o procedimento policial. Pode se iniciar e depois pedir para fazer. “*Ah, mas tem o limite de 30 dias para o inquérito.*” Mas também pode ser pedida a sua prorrogação, desde que os fatos possam justificá-la. Então, há uma série de coisas em que nós precisamos ter um pouco mais de contundência.

Lá no Marajó, o pessoal da polícia que esteve na audiência fez uma estatística que me preocupa, Secretário e Dr. Daniel. É assim: “*No Marajó norte há a média de um policial por 350 habitantes. Na região de Breves, tem um policial pra 1.200 habitantes.*” Sendo corretos esses dados, há uma disparidade brutal! Essa disparidade talvez não justifique as diferenças entre o Marajó norte e o Marajó sul — não sei se esse Marajó de Breves é o do sul. Eu até perguntei para ele: “*Qual é o Marajó do norte?*” “*É o Marajó lá de Soure, Salvaterra e Cachoeira, aquela outra região do Marajó*”.

Então, sendo procedente essa estatística, realmente há uma distorção. Eu imagino que, à primeira vista, há uma distorção nisso, não é? Para o Marajó todo — eu tentava explicar isso à Deputada Liliam e à Deputada Erika Kokay — não tem um parâmetro. Nós precisamos ter um olhar específico, construir um olhar público para o Marajó, porque as características são completamente diferentes, difíceis, principalmente na área da polícia, do enfrentamento da criminalidade, do tráfico.

Então, esse foi outro problema colocado por eles lá, além da questão do efetivo e da qualificação. Eu sei que há esforços no sentido de qualificar, desse olhar voltado para os direitos humanos, etc., no combate à violência.

A outra coisa que ficou caracterizada nisto é com relação à estrutura de delegados. A gente sabe também da precariedade. Existem delegados que respondem, como existe no Ministério Público, na Defensoria, etc. e tal, mas eu acho que nós precisamos criar, de alguma forma, para essas regiões mais inóspitas, algum tipo de compensação que possa dar o mínimo de estímulo. Eu não falo só dos agentes da segurança pública, eu falo de uma maneira geral, né?



Nós aprovamos agora, depois de muito tempo... Aliás, lembrava agora que o senhor foi até testemunha desse debate. Nós tivemos uma audiência com o Ministro da Justiça, junto com os policiais rodoviários federais, em que na pauta nós reclamávamos o adicional de fronteira, tido como fronteira, mas, na verdade, o conceito era mais amplo, estendendo-se a essas regiões de difícil acesso. E foi aprovado, no final do ano passado. Nós conseguimos aprovar, depois de muita briga no Congresso, esse adicional.

Pois é, mas a nossa parte nós cumprimos. É como eu disse para o nosso Inspetor Carlos: *“Foi a nossa parte. Agora, vá bater tambor, vá fazer o barraco lá na Presidenta Dilma, porque é ela que... Nós fizemos a nossa parte”*.

Mas eu estou dizendo o seguinte. A exemplo disso... No microcosmo aqui nosso, é claro que o Defensor ou Promotor, mesmo que ele saiba que a carreira progride a partir do interior, de qualquer forma, o cara já chega a um Município desses do Marajó olhando para o relógio para ver o tempo passar e tentando se ancorar em tudo quanto é tipo de proteção e de anjo da guarda para tentar removê-lo, para trazê-lo mais para perto. Eu não estou fazendo aqui necessariamente uma crítica. Eu acho que é da natureza humana. Quer dizer, se ele não vê...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É, se a gente não tiver capacidade de dar alguma coisa, eu não digo nem compensação, para algo que possa atrair mais esse servidor público, nós vamos ter dificuldade. Talvez aquela gratificação de acumulação que tem, se for diferenciada para as regiões de mais difícil acesso, porque tudo é interior, mas... Marituba é região metropolitana, mas Mãe do Rio, Ipixuna, São Miguel do Guamá, Barcarena, Abaetetuba... Não se pode comparar Abaetetuba ou Igarapé-Mirim com Jacareacanga. Não tem comparação, é só para dar exemplo. Então, são coisas que a gente precisa talvez aperfeiçoar, à luz das possibilidades, no sentido de tentar dar um pouco mais de condições de enfrentamento dessa situação da criança e do adolescente.

Há outra coisa que eu digo sempre. Uma vez tive até uma discussão com um Promotor de Justiça: se a lei no ordenamento diz que é prioridade, não cabe o meu julgamento personalíssimo contrário. O cara disse: *“Ah, mas eu não acho que seja*



tão prioritário. Tudo é prioritário!” Eu disse: “Não, meu amigo, essa é a sua opinião, que eu respeito. Agora, o senhor tem que ser legislador para mudar a lei, para fazer com que a sua opinião prevaleça, porque o que está prevalecendo até agora é o pacto social, o ordenamento jurídico, está certo, não é esse seu entendimento. Eu até lamento. Se cada um for fazer do seu olhar o olhar da lei, não vamos chegar a lugar nenhum. A lei diz que é prioridade. Então, o senhor tem que, de alguma forma, obedecer a essa orientação.”

Então, da mesma forma, eu tenho dificuldades de entender quando, às vezes, um Promotor diz... São 6 meses para julgar um crime de estupro, com flagrante, com materialidade, o inquérito está feito, não sei o quê... Aí o cara diz assim: *“Ah, mas estou respondendo por dois ou três Municípios. Eu não dou conta”*. *“Não, espera aí. Se você me disser que não pode estar aí na segunda-feira e pedir mais 5 dias, eu entendo. Agora, 6 meses? Meu amigo, quando o senhor fez o concurso, o senhor sabia dessas condições, do seu salário, por quantos você ia responder, e está aí. Renuncie, se o senhor não dá conta. Tem que fazer o esforço.”*

Então, foram questões como essas. E, por último, com relação ao PRO PAZ, também aí é uma questão que já foi encaminhada — eu tive a oportunidade de conversar isso com o Governador e também com o Dr. Luiz Fernandes, para a gente dar uma prioridade ao Marajó. Até porque, eu me lembro, quando eu fui Deputado Estadual deixei recursos de emenda parlamentar específicos para o PRO PAZ, e a motivação maior era o Marajó. *(Ininteligível)* surgindo uma oportunidade ali, no Município tal, em Paragominas, em Marabá, em Breves. Parece que agora é que está... Mas, enfim, está saindo.

Eu acho que, se há limitações, e finalizo com esta opinião, de atendimento ao conjunto das demandas por parte do Estado, de uma maneira geral há de se ter uma estratégia de prioridade onde esse elo é mais vulnerável. Eu sou de Belém, fui Vereador, é minha base, mas eu não acho... Se Belém tiver uma insuficiência qualquer, o Município tem economia, aqui tem imprensa, os órgãos todos estão sediados aqui, tem Ministério Público, tem Delegado, tem Deputado, tem Vereador, tem tudo. Então, de qualquer forma, dá-se um jeito, mas se o Estado não estiver lá em Jacareacanga, em Anajás, aí não acontece nada. Então, eu acho que, se tem que se fazer uma seleção, uma prioridade... Prioridade é onde isso possa fazer a



diferença definitivamente. Então, eu acho que tem de ter estratégia para atender àquelas regiões de maior vulnerabilidade. E eu concordo com as reclamações que foram feitas hoje de que o Marajó é uma dessas áreas que devem ter um olhar diferenciado. Afinal de contas, é meio milhão de pessoas em 17 Municípios e os piores Índices de Desenvolvimento Humano, os piores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica, os piores índices de distribuição *per capita* de renda, e por aí vai. Então, eu acho que o Estado tem que ter um olhar diferenciado para essas regiões.

Essas foram algumas observações feitas, que nós queríamos traduzi-las aqui ao Governador do Estado, representado nesta audiência por S.Exa., o Dr. Luiz Fernandes, e às autoridades da Segurança Pública do nosso Estado do Pará.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Obrigado, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada, Deputado Jordy.

A CPI de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes tem visitado vários Estados brasileiros, principalmente aqueles que vão sediar a Copa do Mundo, porque nós estamos traçando um diagnóstico da situação de cada Estado quanto às políticas públicas, que não funcionam na questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, e também quanto ao turismo sexual.

Nós nos sentimos muito honrados com o convite do Deputado para podermos contribuir com o Estado do Pará e traçarmos alguns diagnósticos, que foram falados pelo Deputado. Eu quero ratificar que também a questão do IML — porque não tem onde se fazer perícia lá em Breves — é muito importante. Foi falado que o menino faleceu, há suspeita de abuso sexual e que foi um sacrifício tirar esse menino para levar a outro Município, para fazer o exame.

E nós temos reclamações da quantidade insuficiente de delegados, como o Jordy falou, e dos demais profissionais do sistema de policiamento judiciário, da Polícia Civil. Nós conversamos com a Delegada hoje e ela falou desta questão do efetivo. Boa vontade têm, tanto é que eles estão conosco desde de manhã até a esta hora, e nem almoçaram ainda. Então, quantidade insuficiente...Nós estamos aqui. Falta estrutura local para a aplicação de medidas socioeducativas a menores infratores, suficiente espaço em celas, alto índice de desemprego da população, especialmente dos jovens.



Se o senhor está representando o Governador, temos algumas coisas que devem ser levadas a ele. Então, não é da sua Pasta.

Há também a questão do aumento da frota de viaturas, carros e motos para policiamento urbano, lanchas para policiamento fluvial, pois há alto índice de crimes ocorridos nas áreas ribeirinhas.

O Deputado Jordy foi o Presidente da CPI da Pedofilia, aliás, o Relator. Ele detectou 72 rotas do tráfico de crianças e adolescentes nessas áreas de exploração sexual. E nós gostaríamos de pedir, se possível — há até um posto de atendimento policial ali —, que fizessem uma triagem dessas crianças que vêm de outros Estados e entram no Município sem documentos, às vezes sem certidão de nascimento, sem nada.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É, em Breves, naquela área do porto. Eu até posso deixar que quem está vivendo essa situação no dia a dia aqui fale sobre isso depois. E foi falado que as crianças, que não têm documentação, entram e saem de um Estado para outro. Ali se abrem várias rotas. Então, eu gostaria de pedir a implantação de uma unidade de policiamento para controlar a entrada e a saída dessas crianças e adolescentes. Isso já ia ajudar bastante o Conselho Tutelar da área e também o Conselho Tutelar de lá. Estão precisando de mais um Conselho Tutelar, porque a demanda é muito grande. É preciso aumentar também o número de Conselho Tutelar. Aí já é uma questão mais municipal. Fica registrado aqui também o pedido. Essa questão ali não pode ser inepta. Seria melhor se tivesse, se possível, um posto de atendimento nessas áreas.

Quero passar a palavra agora ao senhor, para que responda aos nossos questionamentos.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Primeiro, quero cumprimentá-los, em nome da Deputada Liliam, do Deputado Jordy, e apresentar aqui as desculpas do Governador pelo não comparecimento a esta audiência. Ele teve que viajar para o interior do Estado. O Governador já estava com a agenda marcada, mas pediu-me que os recebessem. Com certeza, tudo que foi dito aqui e os documentos, eu levarei ao conhecimento dele.



Eu quero fazer alguns comentários sobre o que ouvi e algumas considerações sobre o investimento do Governo do Estado na área de segurança, principalmente a preocupação com os grupos em estado de vulnerabilidade, dentre eles crianças e adolescentes. Tanto é assim que, no caso da Polícia Civil, foi criada até uma diretoria de atendimento a pessoas em estado de vulnerabilidade. E há também o Programa PRO PAZ, que foi criado em 2004, o PRO PAZ Integrado. Naquela época, Deputada, este PRO PAZ surgiu de uma visita nossa, da Segurança Pública, ao pronto-socorro municipal daqui, que continua lá na 14. E lá nós temos — não sei nem se a gente tem ainda — um posto policial para fazer o registro das pessoas que entram feridas, de todos os casos que precisam de providências. E eu era chefe de polícia, fui lá para ver como estava funcionando, as condições, tudo. Lá, eu encontrei uma mãe fazendo o registro de uma criança que tinha sido vítima de violência sexual, junto com outras pessoas. E, numa discussão com o Governador, que é o atual Governador, foi pensado o PRO PAZ, que foi o primeiro lá na Santa Casa de Misericórdia. Mas por que na Santa Casa? Porque lá é o hospital referência de criança e adolescente vítimas de violência sexual. E, aí, foi criado o PRO PAZ Integrado, que existe até hoje. Ele foi um pouco, para falar na linguagem do Governador, desidratado durante um tempo, mas voltou com força total em 2011, para haver essa prioridade que sempre foi dada nesse atendimento. Aliás, um dos crimes que eu acho mais bárbaros, mais hediondos é aquele praticado contra crianças e adolescentes, principalmente o sexual.

Essa política — antes de responder a algumas coisas aqui que o Deputado Jordy colocou e a senhora também — vem de 2011, foi retomada. Sabemos das dificuldades de se criar uma unidade policial para esse atendimento em cada Município. Isso é quase impossível, hoje, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não temos, mas gostaríamos muito de ter essa unidade policial.

Aqui na Região Metropolitana, além da Santa Casa, foi criado, do lado do Centro de Perícia Científica, mais um PRO PAZ Integrado, para atender crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, com perícia específica para isso, assim como era na Santa Casa, e foi estendido para alguns Municípios do interior. Hoje nós temos um no Município de Bragança. Nós temos um que já vai entrar em funcionamento em Altamira. Temos outro em Tucuruí, em Santarém, que foi o



primeiro fora do Estado. O de Paragominas está pronto, já funciona parcialmente. O prédio do PRO PAZ Integrado está pronto, acho que até o final deste mês já se começa a trabalhar.

Naqueles Municípios onde nós ainda não conseguimos fazer — vai demorar um pouquinho, principalmente por razão pessoal —, nós estamos trabalhando com a Unidade Integrada PRO PAZ. O PRO PAZ tem várias versões. O que é Unidade Integrada PRO PAZ? A Unidade Integrada PRO PAZ é uma unidade onde, no mesmo espaço físico, trabalham, desenvolvem suas atividades Polícia Civil, Polícia Militar, em alguns lugares; Corpo de Bombeiros, em outros, inclusive a Defensoria. E, com a parceria com os Municípios, nós estamos colocando, em cada unidade dessas, assistente social, para que possa referenciar esses casos, principalmente de violência contra crianças e adolescentes, porque a gente não pode colocar em cada Município uma delegada, porque nós não temos delegadas em número suficiente e também não podemos fazer concurso específico para “delegada”. Nesse concurso de delegados — depois eu vou falar um pouquinho —, nós temos vinte...

O SR. RILMAR FIRMINO DE SOUZA - Trinta e três.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Trinta e três. A gente está fazendo esse trabalho em todos os Municípios. Agora, na segunda-feira, Deputado Jordy, nós vamos estar em Santarém — o PRO PAZ vai estar junto —, nos reunindo com todos os Prefeitos e as Secretarias de Assistência Social dos Municípios da região. Por quê? Para que a gente trabalhe com essa mesma filosofia do PRO PAZ Integrado. Para todos os Prefeitos que têm vindo comigo e passam sempre comigo, trazidos pelos Deputados ou que vêm sozinhos, eu tenho colocado esse trabalho. E lá em Santarém, possivelmente, nós vamos levar — não sei da agenda dele — o Prefeito de Piçarra, Município que fica a mais de 200 quilômetros de Marabá. Por que pretendemos levá-lo? Porque ele está trabalhando diariamente, praticamente dando expediente na unidade integrada. Ou seja, ele não só abraçou o programa como também tem fiscalizado constantemente. Nós o convidamos para que ele mostre — não eu, o Secretário, e os policiais —, fale desses problemas. Já na segunda-feira, nós vamos estar em Santarém com todos os Prefeitos daquela região. Dessa maneira, a gente está tentando minimizar os problemas.



Mas uma coisa que jamais pode acontecer — e eu acho que isso é uma questão muito de gestão — é não ter um lugar para onde levar a criança que sofreu abuso, como o caso que a senhora mencionou de uma criança que sofreu abuso e não tinha um lugar para aonde levá-la. Hoje, a gente vai buscar em qualquer lugar deste Estado. Isso é gestão local, isso não dá para admitir. Aliás, eu até queria que se olhasse porque isso aconteceu. Uma vez que se entrou em contato conosco, imediatamente, de helicóptero ou de avião, prestamos assistência. Nós nunca medimos esforços para fazer esse tipo de serviço. Há um Município em Marajó, Chaves, que fica lá em cima, que fez uma reclamação. Eu estava no Conselho Estadual de Segurança Pública, cuja composição é metade sociedade civil e metade Estado. Esse Conselho é muito atuante. No Brasil, só são três Conselhos nesse formato, e o mais antigo é do Estado do Pará. Nesse Conselho, nós temos a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos; o Conselho da Criança e do Adolescente; o Conselho do Negro; a OAB; o Parlamento, que faz parte com dois Deputados; o Judiciário, com a Desembargadora, que é a Vice-Presidente do Conselho, e também o Ministério Público. Todas essas demandas que chegam, imediatamente a gente manda resolver. Coisas como essas, eu tenho certeza de que não chegaram, senão a gente teria levado.

Eu acho que a maneira que a gente está desenvolvendo esse trabalho, com o PRO PRAZ, vai poder atender a todos os Municípios do Estado. Nós estamos com concurso da Polícia Civil, que termina em 20 de junho. Já é compromisso do Governador colocar delegados em todos os Municípios do Estado do Pará.

Veja a dificuldade que é manter — e o senhor falou muito bem — um delegado nesses Municípios! Em 2012, nós tivemos uma turma de 19 delegados. Nós priorizamos o Marajó. Lotamos delegados em todos os Municípios do Marajó, sem exceção. Dois, 3 meses depois, alguns pediram exoneração, acabaram saindo, algumas mulheres ficaram grávidas, talvez umas duas lá, e terminaram retornando, e nós ficamos com alguns Municípios lá no Marajó sem delegado. Novamente, nós vamos colocar delegado em todos os Municípios do Marajó, em julho, quando acontecerá a nomeação.

O senhor falou da gratificação diferenciada. A polícia tem a gratificação de interiorização gradativa, são 10, 20, 30%, dependendo da distância do Município.



Marajó é um deles, em que o valor é mais alto. Temos também aquele delegado, que responde por mais de um Município, que recebe gratificação por acumular duas circunscrições. Recentemente, aprovamos lei que diz que o delegado pode responder até por duas circunscrições. Nós não botamos mais circunscrição até para evitar que ele não atenda a contento. Além do que foi feito um plano de cargos e de salários até 2018. O salário pode não ser o melhor. No Distrito Federal, dizem que o salário é bem melhor do que o salário do nosso Estado, mas é o Governo Federal que paga. Se o Governo Federal pagasse o nosso salário seria bem melhor. O quantitativo de policial, por exemplo, do Distrito Federal é quase o dobro do nosso, e o Distrito Federal é um quadradinho. E eu, com o efetivo que a gente tem aqui para trabalhar no Distrito Federal, não preciso mais do que isso, é a metade do que está lá, não é? Nós entregamos à população 1.884 policiais militares, hoje. É por isso — e até peço desculpas — que hoje eu não fui à OAB. Nós estávamos na formatura dos policiais. O Governador estava lá. E o concurso para a contratação de mais 2 mil policiais já foi autorizado pelo Governador. Há uma coisa que o senhor falou, uma coisa correta, que a gente não precisa muito de quantidade, e, sim, de qualidade. Nós temos Município onde há o mínimo de policiais e funciona muito bem. Vou dar só um exemplo: o Município de Breves. A gente tem problema lá no Município de Breves. Como o senhor sabe, lá nós temos um efetivo muito ínfimo. Lá em Breves, é só o superintendente que atende alguns Municípios. Lá nós temos um programa de redução de criminalidade. Todo o mês há uma reunião aqui. Chega a dar pena ver um delegado lá, sozinho. Dá vontade de chorar junto com ele. A gente já falou: *“Espera mais um pouquinho que agora, em junho, esse efetivo vai ser colocado”*. E olha que são pessoas dedicadas! Trabalhar naquela região não é a mesma coisa que trabalhar numa região metropolitana aqui ou em um Município próximo daqui, em que dá um grito e daqui a pouco chegam as viaturas. Lá, não é assim. Em Breves, se der um grito, por exemplo, no mínimo, vamos gastar 12 horas para chegar até o Município. Se for à noite, tem que pegar lancha. Mas vai demorar 12 horas para chegar lá em Breves. Se for durante o dia, gasta uma hora e pouco de helicóptero, para chegar lá e dar o apoio. Mas e se fosse em Afuá! Aí, sim, nós íamos demorar 3 dias de embarcação. Vai para Macapá e, depois, vai para Afuá, há essas grandes diferenças. É um problema muito sério.



Mas eu quero deixar claro aqui tanto para a Deputada, como para o Deputado Jordy, que me acompanha mais de perto, até porque ele é da base, é um Deputado muito atuante aqui, viaja por todos os Municípios do Estado, o que não é fácil, que há determinação do Governador. Ele tem buscado melhorias na segurança pública, medidas estruturantes, desde 2011. Eu lhe diria que a principal política na área da segurança pública que a gente persegue é a prevenção. A gente vem trabalhando junto com o PRO PAZ, que coordena todas as políticas públicas de prevenção da Secretaria, que faz a coordenação. A Secretaria de Segurança está ligada diretamente à Casa Civil. Eu costumo falar muito, e repito, que, na questão policial, é como alguém que está com febre, toma um analgésico, mas não busca as causas da doença. E na área da segurança pública, a gente trabalha muito a consequência, mas sabe que as causas precisam ser trabalhadas. O Governador sempre fala que os dois inimigos da segurança pública são a pobreza e a desigualdade. A gente também trabalha com mais duas causas eleitas aqui pela área de segurança: a impunidade e o tráfico de drogas, o tráfico pesado. A impunidade, eu acho que chega a ser até maior do que o tráfico. Eu estou falando do sistema de Justiça e segurança. A gente vem adotando muitas medidas nessa área.

Só para a senhora ter uma ideia, há um ano e meio, nós estamos tentando implantar — mas nós vamos implantar — o procedimento eletrônico, desde a ocorrência até a sentença, sem ter papel. Hoje, Deputada, o que mais se questiona, se reunir Polícia, Ministério Público e Justiça, um joga para o outro. “*Olha, o inquérito está parado, a polícia não encaminhou.*” Se chegar no Ministério Público, ele vai dizer a mesma coisa: “*Que devolveu o inquérito para a diligência e isso não retornou.*” E se vai para a Justiça: “*O inquérito está parado porque está precisando de diligência.*” O procedimento eletrônico, praticamente, já está pronto. Na polícia, há muitos anos, nós já temos a informatização. O Ministério Público não tinha. O Ministério Público licitou a empresa. Hoje, nós já podemos hoje ter essa comunicação junto com o Judiciário. Isso vai ajudar a reduzir a impunidade.

E quanto ao posto, esse pontual lá do porto, eu não sei quem foi lá, o Jorge, o (*ininteligível*) e o Delegado-Geral, dar uma olhada também com o Daniel, lá no porto, em Breves. Isso que a Deputada Liliam falou a gente não vê nenhum problema em resolver.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Seria muito importante.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Junto, porque o trabalho nosso aqui é sempre integrado também com os Municípios, com o Governo Federal. Então, é uma parceria muito grande.

Eu diria para a senhora que é um dos únicos Estados do País onde se vai encontrar trabalhando juntos todos. Todos trabalham juntos. Aqui tem um grupo de diagnóstico e monitoramento do Estado. Quem faz parte desse grupo de diagnóstico e monitoramento? A partir de uma solicitação da Secretaria de Segurança Pública, nós temos um representante do Poder Judiciário, um representante da ABIN, que trabalha direto com a gente, da Polícia Federal, também direto, da Polícia Rodoviária Federal. E só não foi indicado ainda um do Ministério Público, mas a gente já pediu para que faça esse acompanhamento. São um diagnóstico e um acompanhamento das ocorrências criminais. Acompanha a execução dos planejamentos para ver se está de acordo e acompanha diariamente os números e estatísticas da segurança pública. Então, o Estado é muito transparente nessa questão.

Temos muitos problemas, mas a gente tem tentado resolvê-los. Eu diria para a senhora o seguinte. Alguém falou em veículo aqui também, acho que foi a senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Uma lancha.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - A lancha. O efetivo, esse é um problema. E eu diria que é um problema das duas maneiras que o Deputado falou, tanto quantitativo como qualitativo. Eu acho que o qualitativo supriria muito o quantitativo.

Veículos, nós não temos problema de veículos. Se alguém está com problema de veículo, a gente precisa olhar qual foi o ponto. Deputada, veículos nós distribuimos mais de 1.800. Eu já disse o seguinte aqui, e estou repetindo o que o Governador disse: se você precisar de 20 veículos, nós vamos mandar os 20.

Agora, o que a gente faz? Os veículos são distribuídos de acordo com o efetivo, de acordo com o efetivo. Não é dizer: "*Preciso de mais dois*". Não. Você tem efetivo para isso? Se tiver, a gente manda.

Lanchas: nós adquirimos, só nesses 2 anos, mais de 18 lanchas, que nós tínhamos, compramos novas e distribuimos nos Municípios do Marajó modelos de



lanchas, capacitando as pessoas para que possam utilizá-las. Remotorizamos, porque tinha 11 lanchas, quando nós assumimos em 2011, tinha 11 lanchas seminovas, mas com motor a gasolina que gastava 200 litros de gasolina por hora. Elas ficavam paradas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Você mandou para Breves? Breves tem?

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Breves tem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É porque lá que nos pediram uma lancha, principalmente para atender aos conselheiros tutelares, porque, quando tem alguma demanda ou denúncia, eles não têm como chegar.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Bom, nós temos lancha policial lá. Em Breves, nós temos duas lanchas lá, uma delas é uma lancha a *diesel* que atende a toda aquela região. E é rápida.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - A outra é a gasolina?

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - A outra eu acho que é uma menor, a menor é a gasolina.

(Não identificado) - A Deputada requeria para o Conselho, essa é da Polícia Civil.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Lá está a das polícias, para trabalhar. Agora isso não quer dizer que... Pode precisar fazer uma operação, faça.

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - É uma questão de parceria. Parceria pode fazer.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Agora, o que a gente tem feito, Deputada, nos Conselhos Tutelares? O Deputado é autor de emenda para veículos para os Conselhos Tutelares. Eu já me comprometi com isso. E tenho feito isso de a gente pegar carros que a gente não está utilizando...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Mas alguns eu estou fazendo, estou fazendo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Carros para os Conselhos Tutelares para apoiar. Porque não tem como se trabalhar política de segurança pública se não



trabalhar com os Conselhos, se não trabalhar com os Conselhos Tutelares, Conselho de Segurança do Município...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Dr. Luiz Fernandes.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Isso aí a gente tem trabalhado junto. Agora, operações e ações que necessitarem, eu não digo rotineiras... Se o Conselho quiser fazer de rotina visita naquelas ilhas que demoram muito tempo, aí a gente já não pode, porque a lancha que tem para a segurança...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mas o Conselho...

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Mas uma coisa pontual, que dá para fazer, isso dá para fazer, até porque nós criamos aqui no Estado o Grupamento Fluvial, e ele faz toda essa política da utilização das lanchas.

E aqui no Marajó, a Delegada Simone inclusive participou das missões, junto com o PRO PAZ, para visitar os Municípios do Marajó. Por exemplo, a última em que vocês estiveram foi Anajás. Anajás?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - A última vez foi em Melgaço.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Melgaço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Fale ao microfone para poder ficar aqui...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Só ligar isso aí.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Então, várias ações...

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - A última, realmente, foi em Melgaço, onde nós fomos, foi no mês passado. E anterior a essa foi em janeiro, que foi Breves. Nós fizemos a Upiara em Breves. E eu pontuei isso na reunião.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Pois é, e estive em Anajás, que foi lá... Tinha reclamação de violência...

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Fizemos Anajás, fizemos Curralinho, fizemos Chaves, fizemos Afuá.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Então, foi à delegacia, passou lá vários dias.



A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Quinze dias em cada viagem; 15 a 20 dias em todos esses Municípios: Anajás, Curralinho, Chaves, Afuá, Bagre e Breves.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Com a equipe completa, equipe do PRO PAZ, com psicóloga, assistente social, polícia. Reúne-se com a comunidade, para que possa denunciar. Então, esse trabalho é feito constantemente, esse trabalho itinerante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Esse trabalho do PRO PAZ é um trabalho que nós achamos de suma importância e que teria que ser em âmbito nacional. Eu falei aqui com o Deputado Jordy, porque nós precisamos levar essa proposta para o Congresso. Eu acho que isso resolveria a questão desses pequenos Municípios, aonde não chega o poder público. Colocar ali uma unidade do PRO PAZ vai ajudar muito.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Sim. Esse conceito que eu mencionei para senhora do PRO PAZ, da Unidade Integrada PRO PAZ, é aquele que atende tudo, mas tem também assistente social, que referencia para o CRAS, para o CREAS, faz essa referência. Agora, no PRO PAZ Integrado, que atende crianças e adolescentes vítimas de abuso, sabe qual é a dificuldade nossa? Médico. Não é nem pelo pagamento, é porque ele não consegue médico com recurso. Hoje, o médico num interior desse do Estado ganha em média 20, 30 mil reais. O salário que o Estado paga para o médico é em torno de 3.800, 4 mil reais, mais ou menos. Não se consegue médico. Não é a questão da polícia, não é a questão da assistente social.

Por exemplo, ontem eu estava na Assembleia Legislativa, numa audiência. E lá tem um Município daqui também que não é menos problemático do que os outros, que é do Baixo Tocantins, é praticamente a mesma região, que é Cametá, onde também tem sido pleiteado isso. Eu falei: *“Olha, se vocês me arrumarem um médico,”* — arrumarem para a gente pagar, não é nem arrumar para eles pagarem não! — *“a gente faz...”* Mas não tem médico.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Pois é, essa é uma das últimas coisas então que eu queria só pontuar ali na região do Marajó, essa questão dos balseiros lá.



O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Nós já temos o entendimento — foi uma sugestão que eu dei — de mudança inclusive na legislação, porque essa legislação não pode dar apenas aos órgãos federais, no caso, a Capitania dos Portos, a prerrogativa principal de autuação nessas embarcações. Esse poder de sanção, de polícia, tem que vir para o âmbito do Estado. É tipo a história do escapelamento. Não adianta isso ficar como lei federal, porque esse é um problema tipicamente regional.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Tem que estar presente o Estado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Se a gente não buscar solução para vir com o projeto aqui, não... Então, nós conseguimos já mudar isso. Mas foi uma dificuldade. Mas, mesmo assim... E essa legislação que nós temos que fazer é a seguinte: tem que doer no bolso. Se não doer no bolso, o cara que for recorrente na prática de abrigar exploração sexual dentro da embarcação perde a embarcação, como é feito nas fazendas de trabalho escravo. Mais ou menos alguma coisa nesse sentido, porque fica assim: o dono da embarcação diz que, quando desatraca a embarcação, a responsabilidade é do comandante. Aí o comandante diz: “*Mas quando elas ingressaram eu não estava desatracado*”. E aí fica esse jogo de empurra que não dá em nada ou então dificulta. Então, nós temos que botar uma legislação pesada nisso.

No entanto, quer dizer... Essa é uma situação típica. Nós precisávamos ver como é que se pode... E a Delegada Simone já deu as informações de que essa agenda está num foco de atenção especial aqui, mas esse é um problema... Eu tenho conversado com o (*ininteligível*). Quer dizer, nós precisamos encontrar uma estratégia um pouco mais ousada talvez, combinada com essa mudança na legislação, para tentar enfrentar o problema na sua gênese, na estrutura.

Outra questão é essa questão do IML, em Breves, foi uma das reivindicações lá. Quer dizer, eu acho pertinente isso. Sei que não é fácil criar, mas essa coisa na região toda, o Município de Breves é um Município polo, pega no mínimo oito ou nove Municípios do entorno, e não é nem a questão da quantidade ou da distância. O problema é da mobilidade, da acessibilidade. Então, eu acho que isso vale a pena a gente...



O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Não, mas isso aí, Deputado, eu acho que, na medida... Lá já vai ser construído o PRO PAZ Integrado, já está o projeto todo. É porque aqui também tem outra história. A dificuldade é muito grande, os custos, o valor de se construir uma obra em Belém é a mesma para se construir lá, o mesmo valor, e ninguém aceita. Começa a construir uma obra, para, não tem licitante. É uma dificuldade, não tem saída. Essa legislação precisa ser mudada. Tem que trabalhar porque tem que tratar diferente isso.

Jacareacanga. O Deputado falou ainda há pouco de Jacareacanga. Em Jacareacanga, no ano passado, um ano e pouco, quando teve um problema sério com os índios, e eu fui até lá naquele momento, porque tinha duas pessoas como reféns, tanto o Delegado Superintendente quanto o... E eu fui para liberá-los e consegui. Falei que a gente ia construir a Unidade Integrada do PRO PAZ. Construimos lá. Está funcionando lá, foi construída e está funcionando. Mas nós só construimos lá essa unidade por quê? Porque eles tocaram fogo no quartel, e nós tivemos que fazer por dispensa de licitação, emergencial. Senão, licitada, não tinha ninguém para ir lá e fazer isso.

O médico de Breves, conseguindo um médico em Breves... Esse é que é o grande nó. O que a gente está fazendo aqui? Também se faz concurso para médico legista, aí não vem, não vem ninguém. Então, o que se está fazendo? Credencia, ele é capacitado aqui no IML de Belém, no Centro de Perícia Científica, ele é capacitado e é credenciado. Agora, o grande problema é a gente encontrar alguém para isso. Mas, em Breves, nós vamos trabalhar. Espero que juntos aí a gente consiga convencer alguém que possa fazer isso. E, fazendo isso, não só ele pode fazer, porque recebe por exame; ele pode fazer esses exames dos quais crianças são vítimas de violência, mas também outros exames que podem ser feitas naquela região. É uma região em que nós não temos muitos problemas com a questão do homicídio, que é muito baixo naquela área. O que nós temos mais lá é a questão de roubo, furto... E isso tem diminuído bastante com esse efetivo e com as embarcações que têm que ser colocadas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E violência sexual.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - E a violência sexual. Agora, isso também tem um... Aí mesmo, Deputado, nós temos lá na...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Fazer uma política pública de conscientização.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Exatamente, porque se a senhora vir, é o seguinte. Tem uma área em que nós estamos colocando uma base lá, uma base fixa, que é em Antônio Lemos. Nós já estamos com um projeto e estamos tentando construir lá uma área. A dificuldade é grande para construir. Primeiro, porque a gente não tem documento da área; segundo, que, para licitar uma obra naquela área é muito difícil.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Onde é?

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Antônio Lemos, que é lá em cima, onde todas as embarcações, 95% das embarcações passam por lá. E a gente tem feito operações lá. E aí as crianças normalmente são até estimuladas pela família para ir até essas embarcações e de lá trazem alguma alimentação. Então, é um negócio seriíssimo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É recorrente isso.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - É recorrente. Então, por isso que eu digo: não são só leis para se punir de um lado, mas tem que ter políticas públicas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Tem família lá, para voltar com um pacote de biscoito.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Exatamente. É dessa maneira mesmo, Deputado, que existe. Então, é uma dificuldade muito grande. Mas essa presença tem sido constante. Agora, é aquilo que eu disse.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - O Deputado aqui...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não, é só... Essas crianças — isso nós verificamos na CPI — são levadas pela família. E, quando a gente vê qual é a compensação que essa tragédia produz, é um pacote de biscoito, é uma nota de 5 reais, é meio litro de querosene para iluminar a casa, o candeeiro da casa. São essas coisas. É isso que é objeto de troca.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Então, são coisas que não só a polícia vai resolver. Pode resolver com alguma punição — alguns são presos, e muitos já foram —, embarcações apreendidas, aplicação de multa, mas, se não tiver uma política maciça, principalmente para o Marajó... E vários planos — o Deputado sabe



disso — já foram ensaiados no Governo Federal e não saíram. Então, esse trabalho precisa ser cada vez mais... O que tem sido feito eu tenho certeza de que pode minorar, mas, para se tentar pelo menos melhorar bastante isso, tem que ter um foco bem direto dos três níveis, tanto o Governo Federal, o Governo do Estado e os Governos Municipais, para que a gente possa tentar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Junto com o Judiciário.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Sim, o sistema de Justiça e de segurança como um todo, porque não é fácil. É um trabalho contínuo, e tem que ter um trabalho muito integrado, junto. E a gente vê quem em muitos Municípios não é só a falta de delegado, não! Você não tem o defensor, você não tem o promotor. Você pega um Município como Breves, por exemplo. Eu não sei o que vocês ouviram lá, mas o Município de Breves não tem promotor. O que vai ao Município...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Foi falado isso.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - E fizeram uma audiência pública aqui, um tempo, e nós fomos. E a principal reclamação era... Aí o juiz diz que solta porque não tem o MP para dar parecer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Já que o senhor falou nisso, eu estou aqui com uma reivindicação do Movimento em Defesa da Segurança Pública, Comissão Popular pela Lotação de Promotores Efetivos em Breves. E foi daqui que... Muitas das coisas que foram faladas estão também nesse documento, que foi protocolado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves, e protocolado pelo membro do movimento Fábio de Almeida Paz. Então, eu passo isto para as suas mãos. Aqui estão algumas dessas reivindicações que nós fizemos, da área de segurança, que é para o senhor poder encaminhá-las.

Lá também ficou a questão da saúde. O senhor está representando o Governador, e pode levar isso também, porque não tem maternidades para atender à demanda de lá.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, não está aí. Isso aí é para o senhor escrever.



O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Lá tem o hospital regional, um hospital de média e alta complexidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem o municipal e tudo, mas eles estão precisando de um reforço, que é uma maternidade.

Eu gostaria de perguntar se as doutoras querem se pronunciar, fazer alguma pergunta ao Secretário, fazer alguma colocação em cima do que nós falamos. Vocês querem fazer alguma colocação? Delegada Simone?

A SRA. SIMONE ERODON MACHADO ARAÚJO - Então, quero só aproveitar para esclarecer a questão da morte da criança, do adolescente, que foi pontuado na reunião em Breves. Depois, eu conversei com a conselheira tutelar, e ela foi me esclarecer que na realidade foi uma situação envolvendo dois adolescentes, uma situação de *bullying* na escola, mas esse adolescente foi extremamente agredido, retornou para casa. Os familiares o levaram para atendimento médico, mas não reportaram durante o atendimento médico a violência. Depois que ele voltou para casa, uma semana depois, a situação dele se agravou. E foi preciso que ele fosse encaminhado para a perícia técnica, até mesmo porque, além da questão da lesão decorrente da agressão, havia também a suspeita de que ele tivesse sido vitimizado também sexualmente. E ele foi trazido para cá, para Belém, para ser feita a perícia.

Também nós pontuamos na reunião, para que ficasse registrado, que nós temos intensificado as operações lá na área, inclusive com a participação, em parceria, do Ministério Público Federal e da Delegacia Regional de Trabalho, o que inclusive nos motivou a participar da assinatura de um TAC com as empresas donas das embarcações, donas das balsas; um Termo de Ajustamento de Conduta no qual ficariam mais uma vez responsabilizadas e cientes da questão do ingresso de crianças e adolescentes nessas balsas, nesses barcos e sobre a responsabilidade.

Foi pontuada pelos donos das balsas a questão de que, quando a balsa desatraca, a balsa, o barco passa a ficar sob a responsabilidade do comandante do barco. Por força disso, nós também estamos, junto com o Ministério Público e com a Delegacia Regional de Trabalho, fazendo um trabalho não só de conscientização, através de palestras com os marinheiros, os comandantes e demais membros das embarcações, mas também chamando o público de comandantes, para fazer



também uma assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta — TAC —, etc., porque, para a gente, criminalmente, a simples presença da criança na embarcação não configura necessariamente uma situação de crime, configura uma situação de risco. Mas, considerando o trabalho feito pela Delegacia Regional de Trabalho do Ministério Público Federal, a presença da criança na embarcação propicia com que eles façam uma ação administrativa e multem a empresa. A grande questão da empresa, que diz que eles passam a ser multados, mas a responsabilidade para esse comandante seria só uma responsabilidade subsidiária.

Então, por força disso, é que nós estamos nessa programação tentando envolver não só os donos das embarcações, mas também os comandantes e os demais marinheiros em todo esse processo de proteção e prevenção.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Quando foi assinado esse Termo de Ajustamento de Conduta — TAC?

A SRA. SIMONE ERODON MACHADO ARAÚJO - Nós assinamos há 2 semanas, Deputado. Nós participamos de uma reunião e assinamos esse TAC, no caso promovido pelo Ministério Público do Trabalho, há umas 2 semanas. A partir desse momento, vai se iniciar esse segundo passo, que é junto já com os comandantes das balsas, dos barcos, porque os donos das embarcações informam que, a partir do momento que eles desatracam, passam a ser regidos pela Lei Marítima, e não necessariamente só por um vínculo empregatício que eles teriam com as embarcações. E aí nós já estamos entrando nesta segunda fase, porque eu já me reuni com os comandantes e donos dessas balsas, já dentro de uma programação, para que, além dessa reunião de conscientização, a gente passe a fazer o processo da formação e sensibilização deles também.

O SR. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Pois não, Dra. Anelyse Freitas.

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Eu quero falar muito rapidamente, até pelo adiantar da hora. Quero primeiro pontuar essa questão que a delegada falou. Eu acho que a gente que atua no sistema de Justiça sabe que a polícia tem uma limitação muito grande, que é questão legislativa; sem lei, sem definir como crime, o delegado fica impedido de atuar.

A gente estava falando sobre essa questão das crianças e dos adolescentes nas embarcações. E como a gente punir? E de que forma? Aí discutimos isso. Há



uma legislação que requer uma série de condições de atualização de viagens, dos pais, na questão aérea. E na questão de embarcação marítima não há. Então, sugeri à Comissão, sugeri aos Deputados que se pensasse nessa mudança legislativa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Lamentavelmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, abriga a possibilidade de uma criança de 12 anos de idade pegar um ônibus aqui, na Rodoviária de Belém, e descer em São Paulo, em plena Copa do Mundo.

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - É isso o que eu estou dizendo, e de avião é 14 anos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não, 12 anos também.

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Não, 14; de avião 14 anos. Mas, de qualquer maneira, a gente sabe que tem criança que embarca com 7 ou 8 anos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sem autorização dos pais entende juiz (*ininteligível*). Isso está sendo mudado agora. É o contorno dos projetos que a CPI do Tráfico de Pessoas já apresentou, e já tem uma Comissão Especial que será presidida — terça-feira S.Exa. toma posse — pelo Deputado Luiz Couto, e eu fui escolhido como Relator. São 25 artigos criando um capítulo sobre proteção de direitos humanos e de combate ao tráfico de pessoas. Nós estamos ampliando de 12 anos para 14 anos essa idade mínima, limite, sobre a qual a criança tem que mudar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. SIMONE ERODON MACHADO ARAÚJO - (*Ininteligível*) 12 anos e ela não faz essa diferença do tipo de mobilização que a criança, o adolescente, vão usar; tanto faz se é terrestre, aéreo ou marítimo, a partir dos 12 anos. Inclusive, para a gente, isso é um problema quando a gente faz investigação de tráfico de pessoas. Quando a gente vê uma denúncia de que existe um adolescente se mobilizando de Belém a São Paulo ou de Belém a Goiânia — a Delegada Christiane sabe muito bem disso, porque já houve investigação nesse sentido —, a gente chega a localizar esse adolescente às vezes acompanhado de uma pessoa completamente estranha, dentro do ônibus, a gente resgata o adolescente por força de uma desconfiança de situação de risco, mas você não tem uma situação, um crime. Esse resgate é muito



por força da proteção embasada na denúncia que a gente recebe e até mesmo incorrendo na possibilidade de um abuso de autoridade.

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Exatamente. Então, eu queria pontuar isso; lógico que é algo que a gente pode avançar muito, nessa questão da mudança legislativa. E outra questão é em relação ao PRO PAZ. Eu tive oportunidade de atuar na Execução Penal como Defensora Pública num presídio especificamente de casos de autores de violência sexual. E isso foi em 2008, 2009, e quase todos os meus assistidos tinham chegado até ali através do PRO PAZ. Então, quer dizer, é realmente uma estrutura, uma política pública implementada de controle, de combate a essa violência. E eu queria que ficasse pontuado isto aqui, do quanto eu acredito que a replicação do PRO PAZ, até em âmbito nacional, é uma política muito importante para que seja investida e garantida e que isso seja... Eu sei que já vem sendo feito, mas a gente sabe da demanda, a gente sabe da demanda do Pará. E que isso seja... Eu quero referendar essa qualidade...

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Tem um acompanhamento que é feito durante todo o tempo da criança e do adolescente.

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Exatamente.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Mas só no procedimento que é feito. Ela fica sendo acompanhada por psicólogo, todo...

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Exatamente. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Alguém quer se pronunciar?
Dr. Bittencourt.

O SR. JORGE BITTENCOURT - Deputada, eu queria registrar também que, no dia 23, agora, estará sendo inaugurado o terminal hidroviário aqui, de Belém, cuja parte da população que vai utilizar é do Marajó. E o PRO PAZ, junto com a Rede, com essa política integrada, Polícia Civil, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Justiça do Estado, terá um posto permanente das 4 horas da manhã às 20 horas, que é o tempo que fica aberto o terminal, atendendo, monitorando e também trabalhando questões preventivas, tanto com taxistas quanto com a tripulação da embarcação.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada, Dr. Bittencourt. Então, alguém quer falar mais alguma coisa, acrescentar algo? Não? Então, o senhor tem a palavra, para que possamos encerrar esta audiência.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Eu quero agradecer a todos, mais uma vez, a presença. Eu acho que nós só vamos conseguir mudar com essa união, todos preocupados e com o mesmo objetivo.

O trabalho que tem sido desenvolvido, durante todo esse tempo, com essas políticas públicas, dando prioridade para a política de prevenção, que eu acho que é mais correto... Eu acho que sou um dos únicos Secretários de Segurança do Brasil que fala muito mais em prevenção do que em repressão. Mas por quê? Porque eu também sou policial de carreira há mais de 35 anos. E a gente sempre vem falando, desde o início, sempre reclamava: *“Olha, está faltando veículo; está faltando arma; está faltando colete; é por isso que há violência hoje”*. E quase todo mundo tem isso. Mais ou menos, no Brasil inteiro, você tem. (*Ininteligível*). Então, tem que se trabalhar, a Polícia está para trabalhar com grandes quadrilhas, esse negócio todo. Mas nesses crimes menores, pelo menos nesses crimes que têm a causa em políticas públicas, a gente tem que trabalhar essas políticas públicas. É mais demorado? É. Tem uma resposta mais demorada? Tem. Mas ele é mais eficaz. Então, Deputada, alguns casos desses, identificados quando dessa fiscalização do porto — aqui fica o compromisso de a gente resolver de imediato —, questões como veículo, volto a dizer para a senhora que, se tiver em algum lugar, nós vamos verificar, se estiver faltando, nós vamos verificar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem uma parceria com o Conselho Tutelar na questão das *vans*; chamar o Conselho Tutelar de lá, o Conselho de Segurança local.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Pois é. E talvez não possa pegar todos os Conselhos da área. Então, vai pegar os locais, onde nós temos maiores problemas, e fortalecer o Conselho dessa área, para que ele possa desenvolver políticas... Ou seja, o veículo ali, para a região... O principal veículo ali para Breves, por exemplo, seria a lancha mesmo. Até porque a maior população está naquelas ilhas ao redor, e muito distantes, às vezes. A gente está falando ali do centro, mas os problemas maiores, muitas vezes, acontecem em ilhas bem mais distantes.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E esses *kits* que foram feitos para o Conselho Tutelar poderiam também dar uma sugestão, precisavam de mais lanchas.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - O Marajó bota um *kit* lancha aí, não é? (Risos.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Para a Região do Amazonas, não é? Podemos levar isso agora para...

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Mas, olha, a gente precisa, volta e meia, Deputada... É assim: outro dia fiz uma visita aqui ao Estado do Pará, tem 1 ano, aí, e pouco, a Secretária... De outras vezes também já veio. Mas, numa das vezes que ela veio aqui, a Secretária Nacional de Segurança Pública, eu falei para ela: "*Vamos dar uma olhada ali no Marajó*". Aí, fomos de helicóptero. Aí levei ela para ver a situação do Marajó. "*Olha aqui, o que precisa implantar aqui...*" Ao mesmo tempo eu falei com ela para levar isso até o Ministro, para que leve até a Presidenta, para ver as políticas públicas. E ela andou lá em Salvaterra, Soure. Eu queria levá-la em Currálinho, mas não deu, o tempo estava fechado. Aí nós voltamos. Currálinho tem o menor IDH. Mas a gente precisa trazer algumas autoridades nossas lá de Brasília para dar uma olhada nesse diferencial, porque muitas vezes aquilo que a gente não consegue enxergar não consegue atingir.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Pois é, Deputado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ... Ideli Salvatti e vamos conversar com ela. Quem sabe?

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Mas o princípio é o mesmo.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tudo é muito complicado.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Mas eu falo isso não é numa crítica, não. Eu falo isso porque aquilo que a gente não consegue enxergar... Porque tem coisas que, quando a gente vê, a gente resolve logo. Fala: "Não, isto aqui a gente tem de resolver. É dessa maneira que eu digo. É por isso que a gente... Por isso que o Deputado Jordy tem muitas cobranças, em razão de que ele vai ver as



necessidades. E ele está representando as pessoas lá que acreditaram nele, que acreditaram nos outros em que votaram...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Um excelente Deputado, que está fazendo um trabalho belíssimo à frente da CPI sobre o tráfico de pessoas.

O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Tem uma CPI do Estado aqui também em que a Dra. Cristiane trabalhou muito...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Cristiane... Então, eu quero agradecer a atenção, agradecer ao Governador Simão Jatene, em nome do Secretário Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.

Estão aí as nossas reivindicações. E, com essas palavras, eu quero encerrar esta audiência no Conselho Superior de Polícia, agradecendo a todos a presença.

Muito obrigada.